

Apelação Cível n. 2011.070245-2, de Içara
Relator: Juiz Rodrigo Collaço

CONSTITUCIONAL E TRIBUTÁRIO - APELAÇÃO CÍVEL - IPTU - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - ART. 150, INC. VI, ALÍNEA 'A' DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO (CASAN) - IMUNIDADE RECÍPROCA ASSEGURADA - PRECEDENTES DO STF E DA CORTE SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO

"As empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal" (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008)

""Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF". (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011)

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível n. 2011.070245-2, da comarca de Içara (2ª Vara), em que é apelante Município de Içara, e apelada Companhia Catarinense de Águas e Saneamento CASAN:

A Quarta Câmara de Direito Público decidiu, por votação unânime, desprover o recurso. Custas legais.

Participaram do julgamento, realizado em 12 de abril de 2012, os Excelentíssimos Desembargadores José Volpato de Souza (Presidente) e Jaime Ramos.

Florianópolis, 13 de abril de 2012

Rodrigo Collaço
RELATOR

RELATÓRIO

Trata-se de apelação cível interposta pelo Município de Içara à sentença que julgou procedente o pleito formulado pela Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) para, em conformidade ao art. 150, inc. VI, alínea "a", da Constituição Federal, declarar a inconstitucionalidade da cobrança de impostos municipais, reconhecendo-se a imunidade tributária (fls. 69/74).

Sustenta a municipalidade apelante, em síntese, *"que as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica de prestação de serviços estão sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributários, não podendo gozar de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado"*, razão pela qual não é possível estender à apelada a imunidade assegurada pela Constituição Federal (fls. 78/90).

Contrarrazões recursais às fls. 96/100.

VOTO

Pois bem. Discute-se no presente feito a existência ou não da imunidade tributária prevista no art. 150, inc. VI, alínea "a", da Constituição da República, relativa à exigência de IPTU e outros impostos, de sociedade de economia mista prestadora de serviço público.

O recurso, adianta-se, não há de ser provido.

Isso porque a sentença revisanda vem sustentada em precedentes desta Corte, com amparo em firmada compreensão do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que *"as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal"* (AC 1851 QO/RO, Rel. Min. Ellen Gracie, j. 17.6.2008).

Mais recentemente, ainda, por ocasião do julgamento do RE 253.472 (rel. min. Marco Aurélio, red. p/ acórdão min. Joaquim Barbosa, Pleno, j. 25.08.2010), dito entendimento foi referendado pelo Supremo Tribunal Federal ao reconhecer *"que a imunidade tributária recíproca aplica-se às sociedades de economia mista que caracterizem-se inequivocamente como instrumentalidades estatais (sociedades de economia mista 'anômalas')."*

Essa a exata hipótese dos autos em que a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), sociedade de economia mista prestadora do serviço público de fornecimento de água e tratamento de esgoto, vem sendo compelida pelo Município de Içara ao pagamento do IPTU.

A propósito, os precedentes da Corte:

"TRIBUTÁRIO. CASAN. IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU). IMUNIDADE CONSTITUCIONAL.

Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente à incidência tributária dos impostos.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF" (AC n. 2011.019146-0, rel. Des. Newton Janke, j. 12.3.2012).

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO INSTAURADA PELA CASAN CONTRA MUNICÍPIO. PRETENSÃO DO MUNICÍPIO A COMPENSAÇÃO DE VALORES ORIGINADOS DE DÉBITOS DE IPTU EXISTENTES EM NOME DA EMPRESA ACIONANTE. EXEQUENTE QUE, MESMO SENDO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO (SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA), EXERCE ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE PÚBLICA, SENDO-LHE, POR ISSO, EXTENSÍVEL O INSTITUTO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, VI, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DO STF E DESTE SODALÍCIO. DECISÃO MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

- 'A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que 'as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação

Gabinete do Juiz Rodrigo Collaço

obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal'. (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)' (AI n. 2010.051171-7, de Tangará, Rel. Des. João Henrique Blasi, j. 22.3.2011)" (AI n. 2011.055489-9, rel. Des. Sérgio Roberto Baasch Luz, j. 19.1.2012)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO AFORADA POR SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONTRA MUNICÍPIO VERSANDO SOBRE DÉBITOS DE IPTU. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO (ART. 150, VI, "A" DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA). EXTENSIVIDADE ÀS PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO. DECISÃO REFORMADA. AGRAVO PROVIDO.

A Casan - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, sociedade de economia mista prestadora de serviço público essencial, está imune à exigibilidade de IPTU (imposto predial e territorial urbano), já que "as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público de prestação obrigatória e exclusiva do Estado são abrangidas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, a, da Constituição Federal". (RE n. 407.099/RS, rel. Min. Carlos Velloso, 2ª Turma, DJ de 6.8.2004)" (AI n. 2010.051171-7, rel. Des. João Henrique Blasi, j. 11.4.2011)

"IPTU. CASAN. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. RECURSO PROVIDO PARA SUSPENDER A EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS. PRECEDENTES.

'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária.

Tais atividades estão acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF' (Apelação Cível n. 2006.011707-3, de Criciúma, rel. Des. Subst. Newton Janke, j. em 31-5-2007) (AC nº 2007.055313-1, Des. Vanderlei Romer), (AI n. 2008.081411-1, de Lages, rel. Des. Newton Trisotto, Primeira Câmara de Direito Público, j. 25-8-2009)" (AC n. 2010.012495-4, rel. Juiz Paulo Henrique Moritz Martins da Silva, j. 7.12.2010)

A compreensão da Câmara não destoa:

"TRIBUTÁRIO - ISS - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN - PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - ART. 1º, DO DECRETO N. 20.910/32 - NULIDADE DO LANÇAMENTO - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - POSSIBILIDADE DE ANÁLISE "EX OFÍCIO" - EXTENSÃO DA BENESSE À SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL - PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE - INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO PROVIDO.

[...]

'Tratando-se de atividade em que a sociedade de economia mista substitui o Estado na prestação de serviço público obrigatório e essencial, não há lugar para sujeitá-la passivamente a qualquer incidência tributária. Tais atividades estão

acobertadas pela imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, inc. VI, alínea a, da CF'. (TJSC, AC n. 2006.011707-3, de Criciúma, Rel. Des. Newton Janke)" (AC n. 2010.039003-4, rel. Des. Jaime Ramos, j. 9.12.2011)

"APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COBRANÇA DE ISS. SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO PRESTADOS PELA CASAN. IMPOSSIBILIDADE. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 150, VI, "A") E EXTENSÍVEL À EMPRESA. ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE DO ESTADO E DE NECESSIDADE E INTERESSES DOS ADMINISTRADOS. PRECEDENTES DO STF E DESTA CORTE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS.

'A sociedade de economia mista, ao substituir o Estado, enquanto prestadora de serviços eminentemente públicos, está imune à impostos, ainda que do serviço haja contraprestação pelo usuário. Ademais, não há interesse público na tributação dos serviços prestados pela Casan. É que 'O desincentivo que a tributação acarretaria ao setor teria como consequência de longo prazo aumento nas despesas no atendimento da população atingida pela falta de acesso a saneamento básico e água tratada' (Mensagem de Veto n. 362/2003, da Presidência da República)' (AC n. 2008.081293-5, rel. Des. Pedro Manoel Abreu)" (AC n. 2009.024865-2, rel. Des. José Volpato de Souza, j. 9.11.2011)

O voto, portanto, é pelo desprovimento do recurso.